

## A “questão corticeira” na óptica da Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP/RACAP)

Conceição Andrade Martins (ICS, UL)

Criada em 1860 por um numeroso grupo de proprietários agrícolas, maioritariamente do Alentejo, Ribatejo e Estremadura, e de «indivíduos de outras classes» que se interessavam pelo progresso da agricultura, a Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP/RACAP) assumiu desde o início como suas bandeiras a defesa dos interesses da lavoura nacional e a luta contra «a rotina, o empirismo e o indiferentismo» que grassavam entre a classe agrícola e entravavam o progresso do principal sector económico do país. Nesse sentido, não só estimulou a introdução e divulgação de novas técnicas e processos culturais, máquinas e alaias agrícolas mais modernas, sementes e raças mais apuradas, etc., através da realização de exposições, concursos, congressos e conferências agrícolas, da publicação de obras agronómicas e da fundação de jornais e revistas especializados nas questões agro-pecuárias e onde os agricultores pudessem encontrar informações que lhes fossem úteis. Como interveio activamente na vida política nacional, quer patrocinando a constituição de associações de classe a nível local e sectorial, quer pressionando os poderes políticos (governo e cortes) a tomar as medidas que a classe agrícola considerava essenciais para o sector e relativamente às quais a ACAP/RACAP quase sempre elaborava relatórios e pareceres justificativos.

Nesta comunicação debruçar-nos-emos sobre a importância dada pela ACAP/RACAP à “questão corticeira” que, à partida, deveria ter merecido a maior atenção de uma instituição que foi frequentemente acusada de representar e defender sobretudo os interesses dos grandes proprietários/agricultores do Centro e Sul do país (vejam-se, por exemplo, as críticas formuladas pelos viticultores do Norte a quando do 2º Congresso Vitícola Nacional, promovido pela RACAP em 1900), e contava entre os seus sócios e dirigentes mais destacados alguns dos maiores produtores nacionais de cortiça (visconde de Coruche, José Maria dos Santos, Oliveira Soares, etc.) . E procuraremos explicar o pouco interesse que a mesma lhe mereceu até finais do século XIX, altura em que foi criada uma comissão oficial incumbida de estudar o regime da cortiça e o Real Sindicato Agrícola de Évora elaborou um extenso e minucioso relatório sobre a situação em que se encontrava este ramo da “indústria” nacional.